

# CLIPPING IMPRESSO 03/11/2016



### INDICE

JORNAL AQUI		
1.1. VARA CRIMINAL	1	
JORNAL CORREIO POPULAR		
2.1. PRESIDÊNCIA	2 -	3
JORNAL ESTADO DO MARANHÃO		
3.1. DECISÕES		
3.2. SERVIDOR PÚBLICO	5	
JORNAL O IMPARCIAL		
4.1. CONVÊNIOS		
4.2. PRESIDÊNCIA	9	
4.3. PUBLICIDADE LEGAL	10	



## Polícia prende traficante de Rondônia em São Luís

Operação da Polícia Civil, por intermédio da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), prendeu, no bairro Vila Palmeira, o traficante interestadual Antônio Erasmo Dias dos Santos, em cumprimento ao mandado de prisão em virtude de sentença condenatória de oito anos de reclusão em regime fechado pelos crimes de tráfico de drogas e porte ilegal de arma, expedido pelo Juízo da 1º Vara Criminal da Comarca de Imperatriz. Antônio também possui uma condenação de 21 anos de reclusão por tráfico de drogas pela 1ª Vara de Entorpecentes da Comarca de Porto Velho (RO).



### TJMA recebe visita do presidente da Câmara de Mediação da ACM

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, reuniu-se nesta terça-feira (1º), em seu gabinete, com o presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Maranhão, Ivaldo Prado.

Na oportunidade, Ivaldo Prado apontou a importância da parceria entre a Câmara de Mediação e o Poder Judiciário no sentido de fazer um filtro dos processos que podem ser resolvidos pelo sistema de mediação, para reduzir a demanda processual nas Varas Cíveis, da Fazenda Pública e de Família.

Entre outros assuntos, o presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem falou ao presidente do TJMA sobre a ideia de criação de um Portal, para a solução de conflitos pela internet, de forma mais rápida, segura e econômica, com validade legal garantida pela Lei de Mediação. (TJMA)

### Violência de gênero é tema de reunião entre presidente do TJMA e entidades femininas

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Carvalho Cunha, recebeu representantes do Fórum Maranhense de Mulheres, Rede Amiga da Mulher e Conselho Maranhense de Condição Feminina, a fim de discutir questões relacionadas a garantias de segurança jurídica nas lides que versam sobre violência de gênero no Maranhão.

Durante a reunião, que aconteceu na sexta-feira (28), uma das coordenadoras do Fórum Maranhense de Mulheres, Maria Mary Ferreira, protocolou documento ao TJMA, apresentando pedidos com o fim de melhorias nos julgamentos de processos que envolvem mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado. Entre as solicitações, a realização de cursos de formação continuada

para magistrados sobre a Lei Maria da Penha e suas aplicações, qualificação para realização de oitiva de crianças e fóruns de discussão entre magistrados e a sociedade sobre o tema

O desembargador Cleones Carvalho Cunha ressaltou que o trabalho de formação continuada sobre o tema tem sido desenvolvido junto aos magistrados e servidores e afirmou que o Judiciário, através da Escola da Magistratura do Maranhão, poderá organizar mais cursos relacionados à Lei Maria da Penha, além de promover fóruns de discussão aberta entre o Judiciário, entidades representativas e sociedade, por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEMULHER) do TJMA e apoio às atividades organizadas

pelos movimentos.

O presidente destacou, ainda, os trabalhos promovidos pelo Judiciário que tem fomentado a valorização da mulher e combate a cultura do estupro, como a I Sema a Estadual de Valorização da Mulher, que aconteceu em julho deste ano, organizado pela CEMULHER, cuja presidência é da desembargadora Angela Salazar. Além disso, foram realizados mutirões de julgamentos em todo o Maranhão e, ainda, atividades como seminários que discutiram o tema com a sociedade.

O documento entregue ao TJMA foi assinado pelas coordenadoras do Fórum Maranhense de Mulheres, Maria Mary Ferreira, Neuzely Maria de Almeida Pinto e Daiana Roberta Silva Gomes. (TJMA)



O presidente destacou os trabalhos promovidos pelo Judiciário que tem fomentado a valorização da mulher e combate a cultura do estupro.

### Justiça

O Município de São Luís, a Caema e o Estado do Maranhão foram condenados pela Justiça Estadual a executar, no prazo de três anos, a regularização sanitária dos bairros Sol e Mar, Divineia, Vila Luizão, Vila Litorânea e Brisa do Mar.

A regularização inclui a implantação de uma rede pública de abastecimento de água e de coleta de esgotos nos bairros.

A determinação judicial, de cinco de outubro, é resultado de Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público.

### Ponto biométrico

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-MA) estenderá, a partir do início do próximo ano, o sistema de controle biométrico de ponto aos servidores em cargos de comissão.

Com a medida, ficarão sujeitos ao ponto, por exemplo, os servidores em cargos de comissão lotados nos gabinetes dos conselheiros e conselheiros substitutos, gabinetes de procuradores, corregedoria e ouvidoria.

O sistema será semelhante ao adotado pelo Tribunal de Justiça e pelo Ministério Público.

# Lei Orçamentária Deputados avaliam orçamento estadual de R\$ 8,8 bilhões para 2017

# Deputados avaliam orçamento de R\$8,8 bilhões

Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa do Maranhão realizou primeira discussão do Projeto de Lei Orçamentária para 2017 que ainda deve passar por outras discussões

Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa debateu, na última terça-feira (1º), o Projeto de Lei Orçamentária (PLO) para o exercício financeiro de 2017, apresentado pelo Poder Executivo. Na audiência, o consultor legislativo da Casa, Flávio Olímpio, fez o detalhamento e esclareceu aos parlamentares todos os pontos da peça orçamentária, que estima a receita e fixa as despesas do Estado do Maranhão em 2017.

A reunião foi conduzida pelo deputado Vinícius Louro (PR), presidente da Comissão de Orçamento. A matéria em discussão corresponde à proposta original encaminhada pelo governo do estado, e ainda deve passar por outras discussões até a apreciação pelo Plenário e votação final, prevista para acontecer até dezembro. "Foi uma reunião muito importante, onde a Assembleia Legislativa, por meio da Comissão de Orçamento, tem uma pessoa especializada nisso, que trouxe essa explanação. A gente fica muito feliz com esse detalhamento, que vai dizer o que o estado vai gastar em 2017 e iremos trazer para o Plenário para aprovação no final do ano", afirmou o deputado Vinicius Louro.

Entre os pontos debatidos estiveram os gastos com as despesas de custeio, que envolvem o pagamento da folha de pessoal e os encargos. Para essas despesas estão previstos R\$ 8.8 bilhões, um aumento de 12% em relação ao orçamento de 2016,



Assembleia Legislativa

terá em 2017



Parlamentares debateram sobre os gastos com despesas que envolvem pagamento da folha de pessoal



Foi uma reunião muito importante, onde a Assembleia Legislativa, por meio da Comissão de Orçamento, tem uma pessoa especializada nisso, que trouxe essa explanação. A gente fica muito feliz com esse detalhamento, que vai dizer o que o Estado vai gastar em 2017 e iremos trazer para o Plenário para aprovação no final do ano

Vinicius Louro, deputado

no qual foram destinados R\$ 7,3 bilhões. O orçamento destinado à Assembleia Legislativa também prevê um aumento de 8,2%, passando R\$ 329,2 milhões para R\$ 356,4 milhões.

Para a Justiça e para a Procuradoria Geral do Estado também estão previstos aumentos no orçamento de 14% e 31,20%, respectivamente. Já para a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) está previsto um incremento de 125,64% e, para a segurança pública, uma diminuição no orçamento em torno de 58%.

### Críticas ao aumento da receita

O deputado Adriano Sarney (PV), que participou da audiência, criticou alguns pontos do PLO, como o aumento da receita do governo do estado, com o consequente aumento das receitas tributárias, que deverá ser em torno de 10% em relação ao orçamento de 2016. "Outra questão que me chamou a atenção foi o aumento do endividamento do estado. Aprovamos aqui na Assembleia Legislativa alguns empréstimos importantes, inclusive internacionais, que vão aumentar esse endividamento. Outra questão que foi um projeto aprovado pela Casa, que cria a UemaSul, mas o PLO para 2017 não contempla novas vagas de emprego para a universidade. Então, a pergunta que fica é como o governador pretende criar a Uemasul se nós não estamos contemplando no PLO novas vagas? São questões que ficam no ar e que serão discutidas", assinalou o parlamentar. O consultor Legislativo Flávio Olímpio destacou que os parlamentares devem estudar o PLO para indicar qual será a destinação de suas emendas. "Agora os parlamentares devem estudar a proposta e delimitar para onde encaminharão as suas emendas e o valor, que será fixado em conjunto com o governo. A propositura das emendas também tem certos regramentos, como a indicação de onde vai sair o recurso. As emendas precisam estar compatíveis tanto com a Lei de

Diretrizes Orçamentárias como com o Plano Plurianual", finalizou.

# Sistema de Mediação

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, reuniu-se na última terça-feira (1º), em seu gabinete, com o presidente da Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Maranhão, Ivaldo Prado. Na oportunidade, Ivaldo Prado apontou a importância da parceria entre a Câmara de Mediação e o Poder



Judiciário no sentido de fazer um filtro dos processos que podem ser resolvidos pelo sistema de mediação, para reduzir a demanda processual nas Varas Cíveis, da Fazenda Pública e de Família. Entre outros assuntos, o presidente da

Câmara de Mediação e Arbitragem falou ao presidente do TJMA sobre a ideia de criação de um Portal, para a solução de conflitos pela internet, de forma mais rápida, segura e econômica, com validade legal garantida pela Lei de Mediação.



### ESTADO DO MARANHÃO - PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº 71/2016 Processo nº 10.054/2016

Objeto: aquisição e instalação de 01 (uma) plataforma elevatória vertical, enclausurada com acionamento hidráulico para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, a ser instalada no prédio da ESMAM; Abertura: 17/11/2016, às 10:30 horas (horário de Brasília); Local: Site www.comprasgovernamentais.gov.br; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, à Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA, CEP: 65.010-190; Email: divcontratos@tjma.jus.br. Fone: 98 3261 6181.

São Luís/MA, 01 de novembro de 2016. Thiego Chung de Farias - Pregoeiro.